



---

## **FAMÍLIA, “LUGAR PRIMEIRO” DA TRANSMISSÃO DA FÉ: DESAFIOS CATEQUÉTICOS A PARTIR DO MAGISTÉRIO**

*The Family as the Primary Place of the Transmission of Faith: Catechetical Challenges from the Magisterium*

Abimar Oliveira de Moraes \*

**RESUMO:** O presente artigo faz uma leitura kairológica do complexo relacionamento entre catequese e família, na atualidade. Partindo da análise dos valores e problemáticas familiares atuais e de duas convicções basilares do Magistério católico: 1) a família é educadora; e 2) é transmissora da fé. Apontará na direção de uma catequese para e com a família que a valorize e a constitua como “lugar primeiro” da transmissão da fé. Uma fé de caráter mais testemunhal do que intelectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Catequese, Família, Evangelização, Transmissão da fé.

**ABSTRACT:** This present article performs a kairolological interpretation on the complex relationship between catechism and the family in our current situation. Starting from an analysis of the values and actual problems faced by families as well as from two basic convictions from the Catholic magisterium: 1) the family educates; and 2) the family transmit faith. This study will point out a possible direction of a catechism for and with the family that values and constitutes it as the “first place” of the transmission of faith. A faith that is more witness than intellectual in character.

**KEYWORDS:** Catechism, Family, Evangelization, Transmission of the Faith.

---

\* Professor do Departamento de Teologia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro. Artigo submetido a avaliação em 12.02.2014 e aprovado para publicação em 18.03.2015.

Vivendo num tempo de pluralismo pastoral e de crise do processo de transmissão da fé, refletir teologicamente sobre as relações entre a pastoral catequética e a família é estimulante e desafiador, ainda que não seja tarefa fácil. O tema da família tem despertado grande interesse na atualidade, tanto no âmbito dogmático, como pastoral, recebendo um ulterior estímulo após a convocação do Sínodo da Família, pelo Papa Francisco.

Tal interesse pelo estudo acerca das temáticas familiares, na atualidade, na verdade, revela-nos a complexidade deste tema. A família é um tema complexo porque difícil de ser compreendida, principalmente na multiplicidade de fatores que em, nossos dias, circundam-na.

Podemos, com certeza afirmar, que ela sofre importantes mutações contemporâneas, assim como as diversas figuras que a constituem. Por esta razão, não é raro encontrarmos expressões familiares fragilizadas onde manifesta-se a crise da paternidade/maternidade e a ruptura parcial ou total do processo de transmissão da fé (cf. TOMMASI, 2011, p. 11-17).

Torna-se, assim, a família um “lugar” de contrates e de tensões. Um espaço paradoxal, pois, ao mesmo tempo, ela aparece, ainda, como uma importante fonte de construção da identidade de fé de crianças, adolescentes e jovens.

Esta complexidade é, também, a força da família contemporânea. Pois, ela está aprendendo, mais ou menos, a mover-se dentro das mutações culturais e sociais de nossos dias. Permanecendo, apesar das e com as suas mutações internas, como um lugar de transmissão da fé para muitas crianças, adolescentes e jovens (ao menos se comparada com outras instituições que perderam a força e a confiança dos indivíduos). A partir desta constatação e base é que a questão catequética pode ser pensada.

Após o Sínodo sobre a família de 1980, João Paulo II assim se expressava:

Consciente de que o matrimônio e a família constituem um dos bens mais preciosos da humanidade, a Igreja quer fazer chegar a sua voz e oferecer a sua ajuda a quem, conhecendo o valor do matrimônio e da família, procura vive-lo fielmente, a quem, certo e ansioso, anda à procura da verdade e a quem está impedido de viver livremente o próprio projeto familiar. Sustentando os primeiros, iluminando os segundos e ajudando os outros, a Igreja oferece o seu serviço a cada homem interessado nos caminhos do matrimônio e da família (FC 1).

Esta perspectiva da Exortação Apostólica põe as bases para compreendermos como a Igreja é chamada a contribuir, apoiar, iluminar e assegurar que as famílias sejam lugar de transmissão da fé. Contudo, precisamos nos interrogar de que modo tal convicção, ancorada na Tradição bíblico-ecclesial (cf. FC 11-16), realiza-se neste novo contexto onde a transmissão da fé cristã é uma opção dentre tantas outras.

Desde o Concílio de Trento:

Pensava-se que os cristãos adultos e os núcleos familiares estavam realizando a transmissão da fé cristã às novas gerações. Talvez, o que o Pós-Concílio [Vaticano II] nos fez perceber é que tal transmissão não estava acontecendo e o resultado inevitável é a constatação de que não crescemos, mas diminuímos (MORAES, 2014, p. 33).

Uma vez que o grupo familiar possui uma nova configuração, é preciso nos interrogar como se configura a articulação entre catequese e família, em nossos dias. Para tanto, o presente artigo propõe fazer uma leitura kairológica que, partindo dos valores e problemáticas familiares contemporâneas e de duas convicções basilares magisteriais (família educadora e transmissora da fé), apontará na direção de uma catequese *para e com* a família que a valorize e a constitua como “lugar primeiro” da transmissão da fé. Uma fé de caráter mais testemunhal do que intelectual.

### ***1 Alguns valores e problemas da família contemporânea em perspectiva educativa***

Entre os tantos fatores que deram origem à família contemporânea, acreditamos que a transformação da organização do trabalho fez surgir uma concepção da família mais como *unidade de consumo* do que como *unidade de produção*.

Tal mudança estrutural provocou uma transformação nas relações familiares, modificando a modalidade de relações entre os cônjuges e entre os pais e os filhos. Na verdade, o que se verificou foi uma interação contínua entre estas duas relações que nos conduz a uma modificação do nível de dedicação de tempo, energias, recursos materiais e imateriais aos filhos, por parte dos pais. Fazendo crescer, em muitos pais, o sentimento de responsabilidade como pais e a disponibilidade em manifestar ternura e afeto para com sua prole.

Tendencialmente, os filhos não são mais tratados como “coisas”, mas como sujeitos que devem ser acompanhados pelos pais ao longo do complexo processo formativo, não contando mais diferenciações e prejuízos ligados ao sexo (macho ou fêmea) ou à ordem de nascimento (primogênito e demais filhos).

Do ponto de vista ritual-social, o matrimônio é vivido como momento de início da vida conjugal-familiar (mas não sexual). Contudo, fragilizadas estão, principalmente, as noções de *fidelidade* e *fecundidade* (em sentido quantitativo) e supervalorizada a noção de *felicidade*. Prova disso: o crescente número de separações civis (e o conseqüente aumento das solicitações canônicas de declaração de nulidade) e a baixa taxa de natalidade em muitos países do mundo todo.

Paradoxalmente, a fecundidade (em sentido qualitativo) cresce, fazendo-nos notar um desejo intenso por filhos em muitos casais ou, até mesmo, num único indivíduo (paternidade/maternidade “independente”).

Podemos falar, também, de certo *puerocentrismo* que, contudo, é “narcisista”, isto é, de projeção dos próprios desejos e expectativas com consequente investimentos afetivos de tipo compensatório e não tanto de tipo oblativo.

Um *puerocentrismo* diverso daquele evangélico, onde a criança representa o modelo do discipulado cristão, no sentido, de que o Reino de Deus pertence àqueles que, de “mãos vazias”, encontram-se na expectativa de receber atenção e ajuda, sem poder dar nada em troca (cf. Mc 9,31-37; Mt 18,1-4; Lc 9,46-48). E, ao mesmo tempo, diverso daquele da tradição pedagógica hebraico-cristã, que tende à promoção e à plena realização da personalidade do filho/discípulo.

Tal *puerocentrismo narcisista* faz com que muitos grupos familiares experimentem, na verdade, um *adultocentrismo*, onde, o que impera é a excessiva preocupação consigo mesmo e consequente supressão da fundamental conotação do adulto enquanto tal, isto é, em suas funções educativas de “geração”, “cuidado” a serviço da produtividade e criatividade das novas gerações.

Assim, decresce a “diferença de estágio” dos filhos, em contraste com uma das funções fundamentais do educador que é aquele de ser o “custódio da idade”, impedindo que, através de diversos elementos culturais, uma fase se degrade até ser completamente eclipsada pela sucessiva.

Tal decréscimo acentua o fato de que a criança tende a não confiar na autoridade dos pais (e demais educadores), mas naquela da cultura midiática (controlada por adultos) que, muitas vezes, não tem preocupações educativas e sim de consumo.

Por fim, podemos dizer que os grupos familiares contemporâneos estão cada vez mais caracterizados por modelos de organização que custodiam os direitos dos adultos. Boa parte dos modelos de organização familiar é constituída por “famílias mistas”, formadas por precedentes experiências familiares e, cada vez mais, baseadas sobre o direito individual dos esposos. Exigindo dos filhos um esforço de adaptação e de compreensão, em muitas situações, superior às características de desenvolvimento e de capacidades emotivas dos filhos.

## ***2 Duas convicções doutrinárias: família espaço educativo e de transmissão da fé***

A Igreja sempre reconheceu o caráter ministerial dos pais no interior da família, contudo, uma das grandes contribuições do Magistério, a partir do Vaticano II, foi explicitar e reconhecer amplamente esta tarefa ministerial

(cf. LG 7.32.33; AG 15.21; AA 3.6.10). Os pais contribuem de forma especial com a missão maternal da Igreja (cf. LG 11.41).

Paulo VI, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, destacando a função evangelizadora da família, afirma:

Em cada família cristã, deveriam encontrar-se os diversos aspectos da Igreja inteira. Por outras palavras, a família, como a Igreja, tem por dever ser um espaço onde o Evangelho é transmitido e donde o Evangelho irradia. No seio de uma família que tem consciência desta missão, todos os membros da mesma família evangelizam e são evangelizados (EN 71).

De uma forma ainda mais clara, a Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae* trata da importância da ação catequética da família:

A ação catequética da família tem um caráter particular e, em certo sentido, insubstituível [...]. A catequese familiar, portanto, precede, acompanha e enriquece todas as outras formas de catequese. [...] Para os pais cristãos nunca serão demais os esforços que fizerem, a fim de se prepararem para este ministério de catequistas dos seus próprios filhos e para o exercerem com um zelo infatigável (CT 68).

Contudo, é a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* quem desenvolve melhor esta dimensão catequética-ministerial da família:

Um momento fundamental [...] é constituído pelo intercâmbio educativo entre pais e filhos, no qual cada um deles dá e recebe. [...] Os filhos dão o seu contributo específico e insubstituível para a edificação de uma família autenticamente humana e cristã. Isso ser-lhes-á facilitado se os pais exercerem a sua autoridade irrenunciável como um “ministério” verdadeiro e pessoal, ou seja, com um serviço ordenado ao bem humano e cristão dos filhos, ordenado particularmente a proporcionar-lhes uma liberdade verdadeiramente responsável; e se os pais mantiverem viva a consciência do “dom” que recebem continuamente dos filhos (FC 21).

Para João Paulo II, a ministerialidade catequética familiar realiza-se de modo direto pelos pais e, de modo indireto, pelos filhos (e demais membros da família), uma vez que cada um recebeu seu próprio dom e todos os põem a serviço dos demais, num movimento recíproco de intercâmbio edificador da comunhão interna que expressa a comunhão eclesial.

Seguindo estas linhas mestras, a Exortação desenvolve duas convicções fundamentais: 1) que a família é espaço educativo e 2) que a família é espaço de transmissão da fé.

Assim, desenvolvendo a riqueza doutrinal que a precedeu, a *Familiaris Consortio* compreende a família não como centro de consumo ou ponto de referência meramente afetivo, mas principalmente como espaço educativo, com capacidade de orientação pedagógica para os filhos e para os próprios cônjuges. Para tanto, é preciso que os adultos aceitem suas responsabilidades e realizem uma consistente comunicação intra-familiar:

O dever de educar mergulha as raízes na vocação primordial dos cônjuges à participação na obra criadora de Deus: gerando no amor e por amor uma

nova pessoa, que traz em si a vocação ao crescimento e ao desenvolvimento, os pais assumem por isso mesmo o dever de ajudar eficazmente a viver uma vida plenamente humana (FC 36).

Assim, o Magistério crê que a família permanece substancialmente como um espaço privilegiado de comunicação interpessoal autêntica. Ela não se limita a refletir os conflitos sócio-culturais, mas configura-se como um lugar de ternura. As tensões, disputas, lamentações são contra-balanceadas pela experiência do amor e com as possibilidades reais de que os membros cheguem a positivas soluções:

Os pais devem, com confiança e coragem, formar os filhos para os valores essenciais da vida humana. Os filhos devem crescer com justa liberdade diante dos bens materiais, adotando um estilo de vida simples e austero, convencidos de que o “homem vale mais pelo que é do que pelo que tem”. Numa sociedade agitada e desagregada por tensões e conflitos em razão do violento choque entre os diversos individualismos e egoísmos, os filhos devem enriquecer-se não só do sentido da verdadeira justiça que, por si só conduz ao respeito pela dignidade pessoal de cada um, mas também e, ainda mais, do sentido do verdadeiro amor, como solicitude sincera e serviço desinteressado para com os outros, em particular os mais pobres e necessitados (FC 37).

A visão da Exortação Apostólica não defende o tradicional modelo da família como plataforma de lançamento do sucesso dos filhos, baseada numa pedagogia educacional familiar preocupada com o que “fazer” dos filhos, mas sim, sobre uma nova qualidade da vida e da relação interpessoal:

A família é a primeira e fundamental escola de sociabilidade: enquanto comunidade de amor, ela encontra no dom de si a lei que a guia e a faz crescer. O dom de si, que inspira o amor mútuo dos cônjuges, deve pôr-se como modelo e norma daquele que deve ser atuado nas relações entre irmãos e irmãs e entre as diversas gerações que convivem na família. E a comunhão e a participação quotidianamente vividas na casa, nos momentos de alegria e de dificuldade, representam a mais concreta e eficaz pedagogia para a inserção ativa, responsável e fecunda dos filhos no mais amplo horizonte da sociedade (FC 37).

Assim, o primeiro pressuposto para fazer da família um espaço educativo é a capacidade de dar vida a relações efetivas de diálogo, de reciprocidade plena, onde se experimenta o bem do outro e não se usa contra o outro o que foi por ele partilhado.

Sustenta, portanto, a *Familiaris Consortio* que na família, mais que em outras formas de convivência social, podem harmonizar-se dialeticamente a liberdade e a responsabilidade, a autonomia e a solidariedade, o cuidado pelos indivíduos e a busca do bem comum, a fidelidade aos projetos e a disponibilidade aos imprevistos, a solicitude e a descrição, a equilibrada agressividade e a capacidade de perdão, a disponibilidade à comunicação e a escuta respeitosa, a paciência construtiva e a impaciência de quem não desiste diante das dificuldades.

Todas estas experiências familiares preparam para a vida social e política, nas suas duas dimensões fundamentais de transformação das relações de

força em relações regulamentadas pelo “direito” e de co-participação nos problemas e nas responsabilidades da convivência humana, em nome da solidariedade:

As famílias [...] podem e devem, portanto, dedicar-se a várias obras de serviço social, especialmente em prol dos pobres, e de qualquer modo de todas aquelas pessoas e situações que a organização previdencial e assistencial das autoridades públicas não consegue atingir. [...] O dever social das famílias é chamado ainda a exprimir-se sob forma de *intervenção política*: as famílias devem com prioridade diligenciar para que as leis e as instituições do Estado não só não ofendam, mas sustentem e defendam positivamente os seus direitos e deveres. Em tal sentido as famílias devem crescer na consciência de serem “protagonistas” da chamada “política familiar” e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade (FC 44).

Além de espaço educativo em geral, a família, pela tradição magisterial, é entendida também com uma função educativa específica que é a da transmissão da fé:

A missão de educar exige que os pais cristãos proponham aos filhos todos os conteúdos necessários para o amadurecimento gradual da personalidade sob o ponto de vista cristão e eclesial. Retomarão então, as linhas educativas acima recordadas, com o cuidado de mostrar aos filhos a que profundidade de significado a fé e a caridade de Jesus Cristo sabem conduzir (FC 39).

Nessas linhas, percebemos como a Exortação Apostólica propõe a existência de um ministério educativo familiar cristão derivante do matrimônio e fruto do exercício do sacerdócio comum de todo o Povo de Deus como já indicava a *Lumen Gentium*:

Os cônjuges cristãos, enfim, pela virtude do sacramento do Matrimônio, [...] ajudam-se a santificar-se um ao outro na vida conjugal bem como na aceitação e educação dos filhos, e têm para isso no seu estado e função um dom especial dentro do Povo de Deus. Deste consórcio procede a família [...]. É necessário que nesta espécie de Igreja doméstica os pais sejam para os filhos pela palavra e pelo exemplo os primeiros mestres da fé (LG 11).

Tal “igreja doméstica” promove o despertar e o crescimento dos filhos na fé, em colaboração com as outras agências educativas:

A família é a primeira, mas não a única e exclusiva comunidade educativa: a dimensão comunitária, civil e eclesial do homem exige e conduz a uma obra mais ampla e articulada, que seja o fruto da colaboração ordenada das diversas forças educativas (FC 40).

Esta compreensão da *Familiaris Consortio* visa equilibrar duas tradições catequéticas históricas que não se harmonizaram até o início do século XX: a bíblico-patristica-medieval e a tridentina.

É verdade que não temos, no Novo Testamento, muitos testemunhos sobre os benefícios da educação da fé no seio de uma família cristã, contudo, é possível perceber como a Igreja, no Espírito, reconhece que o Senhor Jesus

continua a realizar a sua obra redentora nas *casas* (cf. *At* 10,44 [Cornélio]; 16,15 [Lídia]; 16,31 [carcereiro de Filipos]; 18,8 [Crispo]; *1Cor* 1,16 [família de Estéfanos]), mediante o serviço educativo dos pais “na disciplina e correção do Senhor” (*Ef* 6,4).

Neste sentido, a figura de Timóteo que emerge da segunda carta pastoral endereçada ao “bispo” é muito ilustrativa<sup>1</sup>. Em *2Tm* 1,5, a carta evoca Timóteo a lembrança da fé “que habitou primeiramente em tua avó Lóide e em tua mãe Eunice”.

Mais adiante a carta dirá:

Tu, porém, permanece firme naquilo que aprendeste e aceitaste como certo; tu sabes de quem o aprendeste. Desde a tua infância conheces as sagradas Letras; elas têm o poder de comunicar-te a sabedoria que conduz à salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para instruir, para refutar, para corrigir, para educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito, qualificado para toda boa obra (*2Tm* 3,14-17).

Assim, Timóteo pertence a uma família devota, tendo sido educado religiosamente, desde a infância, pelo anúncio efetivo com a vida e as palavras dos membros de sua família (avó e mãe).

Podemos dizer que a catequese familiar neotestamentária é um desdobramento do que os apóstolos fizeram com os neoconvertidos (*At* 5,42). Um reforço do anúncio público de Jesus, o Messias, libertador confirmado por Deus. Fruto do dinamismo e da constância do primeiro grupo cristão e da capacidade de encontrar novas formas de proposição do Evangelho.

No período patrístico, a Igreja confiará, cada vez mais, aos pais (e como coadjuvantes aos padrinhos) a função de transmissão da fé aos filhos, principalmente a partir da paulatina consolidação da prática do Batismo infantil. Podemos falar de um “catecumenato familiar”, onde a transmissão é confiada aos núcleos familiares que são os responsáveis pela iniciação na vida comunitário-elesial. Principalmente na tradição patrística latina (Tertuliano<sup>2</sup> e Agostinho<sup>3</sup>) o papel catequético dos pais será muito acentuado, particularmente em sua dimensão moral (cf. MUNIER, 2002, p. 563).

Contudo, é no período medieval, onde não existia mais o catecumenato antigo e a maioria dos cristãos eram analfabetos, que a família se cons-

<sup>1</sup> Em *At* 16,1-2, Timóteo é apresentado como “filho de uma mulher judia, que abraçara a fé” e que foi circunciso por Paulo. Segundo Fabris este é um “retrato desbotado” devido muito mais às intenções teológico-redacionais da “escola lucana” de apresentar, fora da polêmica antijudaica, Paulo (e Silas) como propagandistas das prescrições do Concílio de Jerusalém e sublinhar, assim, a continuidade e a concórdia entre judeus-palestineses e pagãos-helenistas (FABRIS, 1991, p. 309-311).

<sup>2</sup> Para uma breve síntese da reflexão catequética de Tertuliano, ver: BERNARDO, 1989; HOBLAJ, 1987, p. 636-637.

<sup>3</sup> Para uma breve síntese da reflexão catequética de Agostinho, ver: LÄPPLE, 1985, p. 66-69; PASQUATO, 1987, p. 23-25.



tituirá como grande escola da vida (inclusive de fé)<sup>4</sup>. A família medieval não conhecia nenhum colaborador externo na educação. Tendo como fundamento a autoridade incontestada dos pais, a família se constituía como uma “pequena igreja”, um ambiente catequético. As palavras e os exemplos dos pais tinham um grande valor para a transmissão da fé. Eram os pais os primeiros catequistas dos filhos e responsáveis pela preparação à recepção dos sacramentos.

Os filhos participavam com os genitores da liturgia dominical e, na conversação doméstica, os pais retomavam os argumentos, as narrativas e as solicitações feitas durante a celebração dirigida aos adultos<sup>5</sup>. Além disso, o fato de serem as famílias numerosas fazia com que a administração do batismo ao filho recém-nascido fosse oportunidade para a recordação do próprio batismo e da própria responsabilidade como batizado. O mesmo, podemos supor, acontecia com os sacramentos da Eucaristia e da Crisma. Esse processo de catequese doméstica medieval tinha um efeito de catecumenato contínuo.

O Concílio de Trento é o responsável pelo surgimento da catequese infantil tal como nós a conhecemos<sup>6</sup>. A organização da catequese infantil tende substancialmente a diminuir gradualmente o valor que, até então, os pais possuíam no processo de transmissão da fé (cf. BOUREAU, 1970, p. 53).

Historicamente, inicia-se, assim, a gradual renúncia dos pais à transmissão da fé e o conseqüente processo de surgimento de um modelo catequético *subsidiário funcional*. Quando maduro, tal modelo constituir-se-á a partir da ideia de que compete aos pais apoiar a ação dos catequistas assegurando a frequência dos filhos, controlando o seu desempenho e favorecendo as variadas formas de participação na vida eclesial.

Neste modelo subsidiário, o catequista desempenha um papel primário-supletivo e o núcleo familiar desenvolve uma função secundária de apoio. Em muitas ocasiões, o que irá acontecer é o cenário de completa renúncia da tarefa da transmissão. Principalmente, a partir do século XVIII, quando, com a introdução da obrigatoriedade escolar, a catequese passa a ser considerada uma das matérias escolares obrigatórias<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Faltam estudos sobre o processo de transmissão da fé ao longo dos séculos medievais, porém, nos servimos da constatação de Jungmann, em sua clássica obra sobre a catequese quando diz: “tampoco se dió en la Edad Media una catequesis de niños regulada metódicamente por la Iglesia. Dejó también de existir la catequesis de adultos a la manera del primitivo catecumenado cristiano [...]. Y, a pesar de todo, se encuentra en la Edad Media un cristianismo floreciente. El cristianismo floreciente de este período se nos presenta, de momento, casi como um misterio” (JUNGMANN, 1961, p. 23).

<sup>5</sup> Sobre a catequese na Idade Média, ver: LÄPPLE, 1985, p. 81-102.

<sup>6</sup> Sobre as propostas catequéticas no período da Reforma e do Iluminismo, ver: LÄPPLE, 1985, p. 103-172.

<sup>7</sup> Assim se expressa Läpple sobre a introdução da catequese no espaço escolar: “le chiese cristiane erano soddisfatte e riconoscenti per il fatto che la catechesi non dovesse essere più fatta all’infuori delle scuole pubbliche, come iniziativa della chiesa e in ambienti ecclesiastici. Tra le materie scolastiche la catechesi ebbe un posto d’onore. Nelle pagelle l’insegnamento della religione fu messo addirittura al primo posto” (LÄPPLE, 1985, p. 145-146).

O que acontece é que aos poucos a família (e também a Igreja) dispensa-se da função de instrução na fé, ainda que, no âmbito familiar, acontecesse o processo de repetição e memorização dos conteúdos oferecidos no ensino religioso escolar. Contudo, a catequese familiar vai perdendo sua força e sua importância (quase desapareceu completamente).<sup>8</sup>

Vemos, portanto, como em sua concepção, a *Familiaris Consortio* tem em mente um *modelo ministerial* que tenta conjugar dois interessantes aspectos: o papel da família no processo de transmissão (período bíblico-patristico-medieval); e, ao mesmo tempo, a sua não exclusividade (período tridentino-iluminista).

Designamos tal modelo de *ministerial* por entendermos que nele os pais educam os filhos à fé, entendendo-se como co-participantes do único projeto cristão, pois a Igreja está presente e age na família através da especificidade carismática dos seus membros. Tal especificidade carismática é aberta e dialogal, colocando-se a serviço da comunhão eclesial.

Por isso, em relação aos seus filhos, os pais são chamados pelo Vaticano II de “primeiros mestres da fé” (LG 11) e “primeiros anunciadores e educadores da fé” (AA 11). Um primeiro anúncio que, sempre à luz do Concílio, deriva da experiência familiar (cf. LG 11.41; GS 50.61; GE 3).

A visão da Exortação apostólica não restringe o serviço dos pais à transmissão da fé, mas o estende à totalidade da vida, como uma espécie de ministério reconhecido pela própria comunidade de fé<sup>9</sup>.

Assim, a *Familiaris Consortio* promove o carisma educativo dos pais, reconhecendo o seu inegável e insubstituível valor no processo catequético. Veremos, mais adiante, como, dentro deste contexto, cabe à pastoral catequética, ainda que com intervenções diversificadas, colocar-se ao lado dos grupos familiares para que ambos realizem um projeto pastoral comum de transmissão da fé, na comunhão e diversidade ministerial.

### ***3. Família contemporânea e catequese: convergências pastorais possíveis***

Após a análise de algumas indicações doutrinas sobre o papel educador/transmissor da família, à luz da Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*,

---

<sup>8</sup> A partir da segunda metade do século XX, surge, em muitos contextos (inclusive no Brasil), o apelo de integração entre o ensino religioso escolar e o processo catequético. Tal apelo fundamenta-se na análise da nossa situação de perda do sentido do religioso e, conseqüentemente, dos aspectos confessionais enquanto direito pessoal de um cidadão dentro de um Estado Leigo, mas não a-religioso ou a-teu. Sem querer entrar em polêmicas e exaurir a questão, cremos que seria interessante uma análise minuciosa das razões históricas que fizeram com que, no consórcio catequese-escola, a primeira se esfalcesse quase completamente, tanto em suas características familiares, como comunitárias.

<sup>9</sup> “No se trata sólo de la educación por la palabra, sino de la educación integral, que abarca, sí la Palabra, pero también el testimonio, la oración, la celebración, y de forma especial la iniciación cristiana” (BOROBIO, 2001, p. 272).

depreendemos que as proposições magisteriais acreditam que, através do grupo familiar, acontece a edificação pessoal, social e política da pessoa humana. João Paulo II chega mesmo a falar de um novo humanismo em nome do Evangelho:

Põe-se assim a toda a Igreja o dever de uma reflexão e de um empenho bastante profundo, para que a nova cultura emergente seja intimamente evangelizada, sejam reconhecidos os verdadeiros valores, sejam defendidos os direitos do homem e da mulher e seja promovida a justiça também nas estruturas da sociedade. De tal modo o “novo humanismo” não afastará os homens da sua relação com Deus, mas conduzi-los-á para ele mais plenamente. [...] Podem aplicar-se aos problemas da família as palavras do Concílio Vaticano II: “Mais do que os séculos passados, o nosso tempo precisa de uma tal sabedoria, para que se humanizem as novas descobertas dos homens. Está ameaçado, com efeito, o destino do mundo, se não surgirem homens cheios de sabedoria” (GS 15) (FC 8).

Nestas linhas, o Pontífice apresenta uma das maiores fragilidades (talvez a maior) da família e denuncia os desvios morais que decorrem de tal fragilidade, colocando seu olhar, sobretudo, naquilo que a Igreja propõe a ser vivido dentro do espaço familiar tal qual recita o Evangelho.

O tom da Exortação não é passivo-doutrinal, mas ativo-pastoral, uma vez que, tanto o Sínodo que a precedeu, como o Romano Pontífice que a redigiu sabem que não se encontram mais dentro de um mundo compreendido como cristão, mas sim, dentro de uma realidade complexa onde a fé se propõe e se experimenta dentro de um ambiente pluralista de sabedorias ou, para dizer com a *Familiaris Consortio*, num universo onde a sabedoria faz falta.

Existem duas pretensões pastorais complementares presentes na reflexão magisterial: 1) a Igreja deve oferecer seu auxílio às famílias; 2) a Igreja, através da família, tem algo a propor ao mundo contemporâneo. Ou, em outras palavras, é necessário pensar uma pastoral *para* a família e uma pastoral *com* a família. Não se trata, porém, de duas intervenções pastorais isoladas e independentes, mas, provavelmente, elas só podem ser separadas do ponto de vista metodológico.

Deste modo, podemos afirmar que a Igreja, convencida de que precisa sustentar, iluminar e defender a família, por acreditar que ela é um lugar, uma comunidade onde faz-se a humanidade. Como todas as instâncias educativas, mas, talvez, mais do que todas as outras, a família é um lugar eminentemente antropogênico.

A família produz sujeitos, constituindo-se como um fenômeno particularmente surpreendente e rico em nossos tempos e, principalmente, em nossos espaços de atuação pastoral. Gostaríamos de propor uma leitura kairológica<sup>10</sup> a partir de quatro grandes convicções que acomunam as proposições do magistério e as realidades pastorais que encontramos diante de nós.

---

<sup>10</sup> Entendemos por leitura kairológica aquela que “sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos.

A primeira é a convicção de que a família, em suas diferentes formas atuais, é o primeiro lugar de humanização, de estruturação e de produção de identidade das pessoas:

Enquanto comunidade educativa, a família deve ajudar o homem a discernir a própria vocação e a assumir o empenho necessário para uma maior justiça, formando-o desde o início, para relações interpessoais, ricas de justiça e de amor (FC 2).

A segunda convicção é que a família é um polo relacional estruturante de referência que atenua as dificuldades sociais e afetivas, mesmo nas situações mais complexas como, por exemplo: nas crises entre as gerações; nas separações familiares; e nas recomposições familiares.

Terceira convicção: a família transmite mais do que qualquer outra grande instituição de transmissão. Ela é a que assume melhor (ou menos mal) a função de transmissão de uma geração à outra. Contudo, segundo modos operacionais diversos dos que estávamos acostumados. A família é um espaço de transmissão mais *iniciático* do que *cognitivo*.

A quarta convicção é aquela de que a família contemporânea dedica mais forças à construção de relações humanas intra-familiares. Ela é mais afetiva, mais relacional e, conseqüentemente, menos hierárquica e piramidal.

Assistimos, assim, não ao eclipse da instituição familiar, mas sim a um processo de fragilização familiar que está fazendo surgir uma nova configuração, o surgimento de contornos novos que, contudo, não a descaracterizam como espaço de estruturação pessoal, como espaço de apoio para a vida afetiva e social, como comunidade que sabe amortizar os efeitos das diversas crises e mutações pelas quais passa a pessoa humana.

Assim, malgrado as mutações contemporâneas que interpelam e desestruturam nossas ações catequéticas, é possível, em perspectiva pastoral, afirmar que existe uma convergência entre a doutrina do magistério e a realidade pastoral, no que tange ao papel transmissor da família.

Contudo, é preciso notar que quando tomamos como referência tanto o modelo bíblico-patristico-medieval, como o modelo tridentino-iluminista, de fato, seremos obrigados a falar em crise do processo de transmissão. Isto porque a maioria das famílias não está mais forçada pela necessida-

---

Vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva. [...] Acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam. Conhece as longas esperas e a suportação apostólica. A evangelização patenteia muita paciência, e evita deter-se a considerar limitações. Fiel ao dom do /senhor, sabe também “frutificar”. [...] Encontra o modo para fazer com que a Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova, apesar de serem aparentemente imperfeitos ou defeituosos. [...] Celebra e festeja cada pequena vitória, cada passo em frente à evangelização” (EG 24).

de de transmitir. Mesmo assim, põe em ato uma transmissão “anônima” segundo grau de explicação e de intencionalidades que são muito variáveis. Produzindo dispositivos de referência identitária que geram sinais de reconhecimento e de diferenciação social.

É o conjunto desses dispositivos que fornece uma espécie de “marca comum” a todos os membros de um mesmo grupo familiar. Tal “marca comum” atua nas dimensões sociológico-jurídicas, simbólico-rituais, psico-afetivas e pode, também, aparecer na religioso-confessionais.

É um processo de transmissão mais implícito que explícito, porque não está marcado por uma vontade expressa de passar conteúdos intelectivos. O que se transmitem são bens materiais e bens simbólicos através de canais como as heranças, os gestos, fotos, etc. Tal modo de transmissão possui, portanto, meios de força que são distintos daqueles que estávamos acostumados a reconhecer.

Este fenômeno de inter-relação e cruzamentos de identidades dentro da família reforça-se, ainda mais, nas famílias “verticais”, isto é, nos grupos familiares onde co-existem diversas gerações (em alguns casos, até cinco gerações). Em tais famílias é possível verificar a tensão fecunda entre a continuidade da tradição e a invenção de formas novas de transmissão.

Contudo, precisamos estudar com seriedade até que ponto este cruzamento de gerações é ou não capaz de ocasionar fenômenos novos de reciprocidade dentro de um processo de saberes e de hábitos. Quais são os efeitos produzidos pela passagem de uma “família nuclear” a uma “família não-nuclear” que muda, mas, ao mesmo tempo, resta como a instituição responsável pela estruturação das identidades na atualidade (cf. DE SINGLY, 1993, p. 263)?

Parece-nos, contudo, que uma coisa é certa: o grupo familiar, o exemplo dos pais e demais parentes são essenciais, mas não constituem o todo do processo de transmissão da fé. O processo de transmissão nunca está totalmente assegurado pelo esforço dos pais. Os filhos podem ou não apropriar-se desta herança, eles decidirão entre os caminhos de identificação e os caminhos de diferenciação com a referência familiar.

Ainda que o processo de transmissão aconteça, ele está sempre acompanhado pela vontade de demarcação de espaços individuais e, conseqüente distanciamento por parte dos filhos do modelo paterno/materno. Isto quer dizer que o contexto de fé de uma família caracteriza a sua vida cotidiana, criando as condições necessárias para a transmissão do dom da fé, mas este contexto de fé não é capaz de produzir o dom da fé.

A família é capaz de transmitir um *ethos* que possibilita a experiência de doação. Neste sentido, a família não garante a conversão, mas sim, pode

vir a favorecer a opção por Jesus Cristo que, contudo, permanece como uma decisão pessoal dos filhos.

Tal fato é um bem, pois, do ponto de vista catequético, faz-nos entender a família não como sujeito exclusivo da transmissão, mas como um espaço relacional de iniciação à vida cristã, aonde os filhos encontram os primeiros elementos que os ajudarão a de maneira progressiva e pessoal optar pela pessoa de Jesus Cristo. Cabendo, contudo, à comunidade cristã a proposição de um caminho de discipulado missionário maduro e consciente, a partir desse alicerce lançado pela família.

A família será, portanto, auxiliada pastoralmente a ser este espaço relacional da iniciação à vida cristã. Um espaço com características diferentes daquelas que pertencem aos outros iniciadores/educadores na fé.

É nesse sentido que entendemos a família como um dos cinco lugares comunitários imediatos onde os cristãos nascem para, são educados na e vivem a fé (cf. DGC 253). Como lugar de catequese, ela tem a prerrogativa única de transmitir o Evangelho, enraizando-o profundamente no conjunto dos valores humanos e proporcionando uma iniciação à vida cristã mais testemunhal do que intelectual, mais ocasional do que sistemática, mais cotidiana do que estruturada (cf. DGC 255).

Ao mesmo tempo, que não negamos a importância e o valor da família no processo de iniciação à fé, porém, não a exaltamos como a única capaz de fazê-lo. Isto nos ajuda a repensar, do ponto de vista catequético, a necessidade de revitalizar o papel educador da família em ordem a outros elementos catequéticos que a conduzam à sua plenitude, especialmente, a experiência comunitária.<sup>11</sup>

Em outras palavras, do ponto de vista catequético, o problema não é o processo de transmissão familiar, mas devemos nos preocupar para que ele não aconteça (na verdade não se dará) de maneira solitária e isolada. Mas sim, dentro de um processo integral de iniciação à vida cristã<sup>12</sup>.

Posto que o papel catequético da família é principiar e não finalizar a transmissão, cabe considerá-la como princípio capaz de desencadear, mas que exige uma continuidade iniciadora. Em outras palavras, a função catequética da família dependerá mais do que seremos capazes de propor

---

<sup>11</sup> Interessante a perspectiva do *Diretório*: “a comunidade cristã é a realização histórica do dom da ‘comunhão’ (*koinonia*), que é um fruto do Espírito. [...] A comunidade cristã é a origem, o lugar e a meta da catequese. É sempre da comunidade cristã que nasce o anúncio do Evangelho, que convida os homens e as mulheres à conversão e a seguirem Cristo. E é esta mesma comunidade que acolhe aqueles que desejam conhecer o Senhor e empenhar-se numa nova vida. Ela acompanha os catecúmenos e catequizando no seu itinerário catequético e, com materna solicitude, torna-os partícipes da própria experiência de fé e os incorpora no seu seio. A catequese é sempre a mesma. Mas estes ‘lugares’ de catequização lhe d o, cada um, conotações originais.   importante saber qual   o papel de cada um deles no processo de catequese” (DGC 253-254).

<sup>12</sup> Para aprofundamento ver: *Estudos* 97, p. 133-139.

“em seguida” ou “a partir de” do que daquilo que “nos precedeu” (muitas vezes, objeto de lamento e insatisfação).

Para isso, é de suma importância que as igrejas locais (e, em seguida, as paróquias) possuam um verdadeiro projeto pastoral de iniciação à vida cristã<sup>13</sup> que, tendo em conta a família como ponto de partida do itinerário catequético dos filhos, ofereça mediações reais, coerentes, integrantes e dinâmicas para conduzir à iniciação à vida cristã à sua plenitude (cf. BOURGEOIS, 1993).

Assim, à família, enquanto primeiro passo da iniciação e fundamento do processo iniciático, devemos dedicar máxima atenção pastoral. Em primeiro lugar, como já mencionamos, inserindo-a dentro de um projeto pastoral integral de iniciação à vida cristã que valorize-a, mas a integre com os diversos outros lugares catequéticos da comunidade cristã.

Segundo, promovendo um processo catequético de inspiração catecumenal onde as famílias sejam auxiliadas a compreender que a iniciação à vida cristã é mais do que preparação à recepção dos sacramentos e auxiliadas no desenvolvimento de sua “vocação primeira” e irrenunciável neste processo.

Terceiro, consolidando a integração entre a família e os demais lugares de catequese, promovendo a participação familiar e suscitando experiências de transmissão da fé através da oração e do relacionamento com a comunidade que estimulem uma vida intra-familiar consequente com a fé que está sendo transmitida.

Quarto, formando a comunidade de fé para que, desempenhando seu papel ministerial, se sinta responsável e colabore com as famílias através de gestos de acolhida, de encontros e celebrações, de maneira que a família seja ajudada a cumprir sua função ou serviço catequético.<sup>14</sup>

## **Conclusão**

A crise atual (com as suas múltiplas facetas e dimensões) fragiliza a família e, como ela está fragilizada, os indivíduos e as instituições sociais também

---

<sup>13</sup> É neste sentido que uma das urgentes Ações Evangelizadoras proposta pela CNBB é a da Igreja local como “Casa da Iniciação à Vida Cristã”: cf. *DGAE* 37-43.85-91; COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA, 2014.

<sup>14</sup> Encontramos algumas indicações interessantes no *Directorio Nacional de Catequese*: “para que a família exerça sua responsabilidade como educadora da fé, é preciso valorizar: a) a família como santuário da vida, onde se faz a primeira e indispensável experiência do amor, de Deus, da fé, de vida cristã e de solidariedade; b) o clima familiar propício de diálogo, de perdão, de solidariedade, de oração familiar e de participação na comunidade que envolve a criança desde o ventre materno; c) a valorização dos eventos, festas e celebrações familiares, enriquecendo-os com conteúdo cristão; d) as oportunidades de formação para que a vida de família seja um itinerário da fé e escola de vida cristã, esforçando-se por se transformar em Igreja doméstica; e) a religiosidade transmitida especialmente pelos avós; f) a missão dos pais na educação cristã dos filhos, a participação, a colaboração da família na catequese e na comunidade cristã” (*DNC* 239).

estão fragilizados. Ao mesmo tempo, neste momento de crise, a família é um espaço de solidariedade que atenua os efeitos negativos dessa própria crise. Cabe à Catequética estudar esse fenômeno e propor intervenções pastorais capazes de auxiliar, corrigir e reconfigurar o papel transmissor que a família exerce e pode ser capaz de exercer.

A família realiza uma iniciação à vida de fé cotidiana, produzindo um primeiro extrato de vida cristã que a catequese poderá acompanhar e estruturar. Esta relação entre família e catequese nos faz tomar consciência de que a estrutura catequética colocada em ato desde o Concílio de Trento está eclipsada, forçando, portanto, o Magistério eclesial a repensar as condições da iniciação à vida cristã em toda a sua amplitude. Tal revisão exige que a catequese seja concebida em perspectiva evangelizadora e missionária e não mais em perspectiva intelectual e escolar.

Na expectativa dos resultados da próxima assembleia sinodal sobre a família, é nos possível afirmar que a *Familiaris Consortio* permanece atual quando nos recorda que a Igreja precisa sustentar, iluminar e auxiliar as famílias que encontram-se bem no meio de transformações sociais e culturais.

Refletir sobre as relações entre família contemporânea e catequese coloca-nos na necessidade de reconhecer uma ação diaconal da comunidade de fé. Onde o serviço que a Igreja pode oferecer às famílias é aquele de reconhecer que o Evangelho humaniza e que, portanto, vale a pena a família dedicar-se ao ministério catequético, juntamente com a comunidade eclesial.

Neste serviço, a Igreja entende que a prioridade não é mais propor verdades de fé a serem aprendidas (ainda que isto seja constitutivo da dimensão catequética), mas propor a fé cristã como caminho de humanização através das experiências litúrgicas, de escuta da Palavra e do serviço sócio-comunitário.

Entende, também, que as famílias não são “igrejas domésticas”, mas podem vir a ser. Relacionando-se, do ponto de vista catequético, com as famílias como lugar missionário de explicitação da fé que se encontra de maneira germinal no tecido cotidiano das relações familiares. Realizando uma catequese *para* as famílias que aceita o desafio de propor o Evangelho e que ajuda as famílias a viverem melhor, que as sustenta e as ilumina.

Através da catequese, a Igreja não pode querer substituir a família, mas sim, ajudá-la a fim de que ela possa encontrar os recursos necessários para iniciar ao Evangelho na vida do dia-a-dia.

Na atualidade, em virtude da força e do valor que o indivíduo tem, a família, como a Igreja, não é a causa da conversão, mas transmite a possibilidade de um encontro e uma opção por Jesus Cristo. Família e catequese não garantem a transmissão do dom da fé, mas podem oferecer o espaço onde a eclosão deste dom seja possível, não obstante a pluralidade cultural de nossos dias.



## Referências

- BERNARDO, B. *Simbolismo e Tipologia do Baptismo*. Lisboa: Didaskalia, 1989.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOROBIO, D. *Misión y Ministerios Laicales*. Mirando al futuro. Salamanca: Sígueme, 2001.
- BOUREAU, D. *La mission des parents*. Perspectives conciliaires. Paris: Cerf, 1970.
- BOURGEOIS, H. *Teologia catecumenale*. A proposito della “nuova” evangelizzazione. Brescia: Queriniana, 1993.
- CNBB. *Diretório Nacional de Catequese*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015*. Brasília: CNBB, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Iniciação à Vida Cristã*. Um processo de Inspiração Catecumenal. *Estudos da CNBB* 97. Brasília: CNBB, 2009.
- COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA. *Itinerário catequético*. Iniciação à vida cristã – um processo de inspiração catecumenal. Brasília: CNBB, 2014.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: VIER, F. (Org.). *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 37-117.
- \_\_\_\_\_. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: VIER, F. (Org.). *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 141-256.
- \_\_\_\_\_. Declaração *Gravissimum Educationis* sobre a educação cristã. In: VIER, F. (Org.). *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 579-596.
- \_\_\_\_\_. Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In: VIER, F. (Org.). *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 349-399.
- \_\_\_\_\_. Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o apostolado dos leigos. In: VIER, F. (Org.). *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 527-564.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório Geral para a Catequese*. Vaticano: LEV, 1997.
- DE SINGLY, F. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan Université, 1993.
- FABRIS, R. *Os Atos dos Apóstolos*. Tradução e comentários. São Paulo: Loyola, 1991.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.
- HOBLAJ, A. Tertulliano. In: GEVAERT, J. (Org.). *Dizionario di Catechetica*. Leumann (TO): Elle Di Ci. 1987, p. 636-637.
- JOÃO PAULO II, Papa. Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae* sobre a catequese em nosso tempo. São Paulo: Paulinas, 1982.
- \_\_\_\_\_. Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* sobre a função da família cristã no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1987.

JUNGMANN, J.A. *Catequética*. Finalidad y método de la instrucción religiosa. Barcelona: Herder, 1961.

LÄPPLE, A. *Breve storia della catechesi*. Brescia: Queriniana, 1985.

MORAES, A. *O anúncio do Evangelho na atualidade: uma introdução à Evangelii Gaudium*. In: PORTELLA AMADO, J.; L. FERNADES (Org.). *Evangelii Gaudium em questão*. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais. Rio de Janeiro/São Paulo: Puc-Rio/ Paulinas, 2014, p. 33-48.

MUNIER, C. *Família*. In: J. GRIBOMONT et al. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulus, 2002, p. 562-563.

PASQUATO, O. Agostino. In: GEVAERT, J. (Org.). *Dizionario di Catechetica*. Leumann (TO): Elle Di Ci, 1987, p. 23-25.

PAULO VI, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* sobre a Evangelização no Mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 1986.

TOMMASI, R. *Crisi della trasmissione e risorse simboliche del campo pratico*. In: FALAVEGNA, E.; D. VIVIAN (Org.). *La trasmissione della fede oggi*. Iniziare alla vita cristiana, dono e compito. Padova: Messaggero, 2011, p. 11-35.

**Abimar Oliveira de Moraes:** Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Salesiana. Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Endereo:** Rua Marquês de São Vicente, 225  
Gávea  
22451-900 Rio de Janeiro — RJ  
Cx. Postal 38097